

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES MARCO SILVA E EDMÉA SANTOS*

Revista Paidéi@: O Ministério da Educação publicou a Portaria Nº. 1.047, de 7 de novembro de 2007, aprovando as diretrizes para elaboração pelo INEP dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições de educação superior e seus pólos de apoio presencial, para a modalidade de educação a distância. Em pouco menos de cinco anos, várias normalizações têm sido editadas. A que se deve este movimento?

Marco Silva: Trata-se de todo um movimento efervescente e bem-vindo de ajustamentos da política de implementação de educação a distância no Governo Lula. O governo anterior deu o pontapé inicial na implementação das regulações, mas é o governo atual que, de fato, está fazendo o trabalho mais consistente. O INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira, é o órgão governamental qualificado para a avaliação educacional. Seus avaliadores, devidamente credenciados, estão sendo formados a partir de critérios bem definidos para avaliar a educação neste país. Não faço mais parte das comissões de avaliação por falta de tempo. Ando muito envolvido com pesquisas, orientações, docência e publicações. Desejo sucesso aos avaliadores no seu trabalho extremamente relevante, uma vez que a educação a distância tornou-se, sem generalizar, um grande mercado de diplomas em detrimento da educação de qualidade. Sei que os pólos são precários e o “tutor” é desqualificado e submetido a salários aviltantes. E o pior: é posto no lugar do professor. Caberá aos avaliadores do INEP barrar o afã mercadológico dos capitalistas proprietários dos sistemas de ensino de massa, que põem a perder a finalidade precípua da educação e, particularmente, promovem a banalização da educação não presencial, o que só faz aumentar o coral dos seus resistentes e detratores. Acredito em educação *online* na qual as interfaces fórum, *chat* e *blog* podem substituir o olho no olho presencial e superar a distância geográfica entre aprendizes e professor, a depender da formação qualificada e específica do docente *online*. Não apenas pesquiso e publico sobre esta modalidade, sou professor *online* desde 2000. E mais: constatei que minha docência presencial melhorou muito depois que aprendi a lecionar *online* sem subutilizar as potencialidades interativas das interfaces dos chamados

“ambientes virtuais de aprendizagem”. O mesmo não posso dizer sobre a educação a distância feita à base de impressos via Correio ou vídeos pré-gravados e distribuídos em massa para milhares de alunos. Aqui, a distância é não apenas geográfica. É a própria educação que está distante. O INEP tem respaldo político e competência técnica para enfrentar isso. Há muita gente gananciosa lucrando com isso. Há muita gente desavisada enterrando sua cidadania e seu futuro profissional nisso.

Revista Paidéi@: Como participante de algumas comissões de verificação para autorizar cursos a distância, o senhor consegue perceber nos "modelos" de formação a distância algumas características em comum nos projetos que estão sendo desenvolvidos nas instituições visitadas?

Marco Silva: Como eu disse antes, não participo mais de comissões de avaliação que credenciem ou não IES para oferta de educação a distância. Durante o tempo em que atuei como avaliador, entre 2004 e 2006, vi muita precariedade nas instituições que avalei. Cito as quatro precariedades mais recorrentes. Uma é a ausência de formação de professores para as especificidades da modalidade a distância, de modo a evitar transposições mecânicas do presencial petrificado na pedagogia da transmissão e na avaliação da aprendizagem baseada em exames pontuais e em quantificação. Uma segunda precariedade é o modelo baseado no impresso e na tv, ou seja, destruição em massa de pacotes de informação com pouquíssimo investimento em ambientes virtuais de aprendizagem. A terceira precariedade são os pólos excluídos digitais, pobres em infra-estrutura tecnológica. E a quarta é a figura do tutor, um profissional forjado na lógica da auto-instrução, que rechaça a presença do professor em nome do mero administrador da burocracia do feedback do aluno. Ele vive de “bolsa” porque não possui vínculo empregatício e legislação sindical. Por isso mesmo é mão-de-obra barata em favor dos capitalistas da EAD e, também, das universidades públicas que se aventuram na modalidade não presencial, enfrentando resistências internas que mal conhecem estas quatro precariedades – se conhecessem diriam finalmente: “Vade retro, Satanás!”

Revista Paidéi@: Os critérios que a Portaria Nº 1.047, de 7 de novembro de 2007, estabelece para o funcionamento dos cursos de EAD vão alterar esse possível "modelo" de formação a distância, que vem se configurando nos projetos desenvolvidos nas instituições já credenciadas pelo MEC? Dadas essas últimas alterações, seria possível prever algum cenário futuro de desenvolvimento dos cursos superiores a distância?

Edméa Santos: Vale a pena fazer a leitura da Portaria Nº 1.047. O texto oficial está no Portal do MEC/SEE. São diretrizes para o instrumento de avaliação para credenciamento de IES na modalidade educação a distância. Lá está uma série de itens que devem ser avaliados pelo INEP. Este órgão deverá, inicialmente, construir os critérios de avaliação para os itens elencados na referida portaria. Destaco, por exemplo, os itens: organização institucional para oferecimento de educação a distância; formação e capacitação permanente dos docentes e tutores; instalações físicas dos pólos equipados com computadores; banda larga; biblioteca etc. Sobre o cenário futuro só posso desejar que o INEP tenha coragem para ser rígido em favor da qualidade e da seriedade que merecem os professores, os estudantes e a educação neste país. O futuro da educação a distância e sua credibilidade estão nas mãos dos avaliadores do INEP.

Revista Paidéi@: O documento relativo ao credenciamento institucional considera em uma das suas dimensões a Organização Institucional para Educação a Distância. Ao adotar vários indicadores, o que o Ministério da Educação pretende inferir em relação a esta dimensão?

Edméa Santos: Esta primeira dimensão da portaria refere-se a planejamento e avaliação já amadurecidos nas IES que desejam credenciamento para oferta de EAD. É necessário que a IES já tenha alguma maturidade em EAD, por exemplo, a partir da oferta dos 20% a distância já garantidos por lei nos cursos presenciais. O avaliador do INEP, ao verificar os itens dessa primeira dimensão, deve investigar a competência técnica e epistemológica da IES nas práticas de planejamento e avaliação da EAD que já faz. Muitas instituições poderão encomendar documentos mirabolantes e bem redigidos a peso de ouro para maquiagem

realidade precária, falsa. Os avaliadores deverão estar muito atentos a essa falcatrua facilmente diagnosticável nas entrevistas in loco.

Revista Paidéi@: Críticas decorrentes das medidas adotadas pelo MEC têm-se pautado em argumentos de que há uma transposição dos critérios de avaliação já utilizados no ensino presencial para a modalidade a distância, sem, contudo, respeitar as características próprias de que se reveste a educação a distância. A senhora concorda com tal argumento?

Edméa Santos: O MEC está exigindo qualidade na educação a distância. A EAD de qualidade demanda critérios administrativos específicos, bem como critérios de docência e de avaliação da aprendizagem igualmente específicos. Não há por que fazer transposição de critérios de avaliação da qualidade próprios do presencial para a modalidade a distância. Os avaliadores do INEP deverão estar muito atentos a isso. A formação desses avaliadores deverá prepará-los muito bem para que não cometam tal equívoco. Aliás, uma exigência que o INEP deveria fazer para que uma pessoa seja avaliadora de EAD é que essa pessoa já tenha sido docente-pesquisadora e, se possível, discente na modalidade a distância, à base de impressos, tv e *online*, sistemas de massa e sistemas interativos. Os avaliadores dos sistemas presencial, semipresencial e não presencial deverão atentar igualmente para a qualidade em educação e para a especificidade da modalidade.

Revista Paidéi@: Na medida em que as políticas educacionais, especialmente no Brasil, têm considerado as questões básicas da educação simplesmente como questões técnicas derivadas da eficácia/ineficácia, eficiência/ineficiência na gestão e administração dos recursos materiais e humanos, podemos inferir que as ações em curso são decorrentes de um governo, ou são parte, efetivamente, de uma política de Estado em relação à educação a distância? Qual o sentido estratégico de tais medidas? Poderiam transparecer como hipótese de reversão de um quadro instalado de forma equivocada?

Edméa Santos: Em linhas gerais estamos atravessando, nas últimas décadas, processos de globalização diversos. A globalização perversa estruturada pelo sistema capitalista de política

neoliberal age, sobretudo, nas ações governamentais, sociais e educacionais como dispositivos que garantam a sua instituição. Neste sentido, não sejamos ingênuos frente aos projetos macros que inspiram os projetos micros. Por outro lado, estamos vivenciando um momento fecundo, e não menos complexo, no Governo Lula. Nesta gestão, vivenciamos a emergência de diversos programas e investimentos em EAD. Entretanto, ainda não temos condições históricas para avaliar a qualidade de suas políticas, programas e ações, mas já podemos detectar dados plurais de sua expansão quando, por exemplo, conseguirmos formar com qualidade professores e professoras das mais longínquas localidades desse país de dimensões continentais. Precisamos acompanhar de perto as novas ações em EAD no Brasil, sendo protagonistas desse momento histórico. Em nosso caso específico, podemos acompanhar parte desse movimento nas universidades em que atuamos, pesquisando e exercendo a docência, e também quando prestamos consultorias na formação de professores e equipes de EAD para outras instituições preocupadas com a qualidade dos processos em EAD. Ainda assim, temos um caminho longo a percorrer em crítica e qualidade na EAD. Não podemos fechar os olhos para os projetos que visam apenas a interesses mercadológicos e colonizadores, próprios dos processos de globalização que vivenciamos em nosso tempo.

Revista Paidéi@: Não nos cabe, neste momento, fazer uma reflexão sobre o que está em jogo? Que concepção de educação, de currículo, está sendo adotada nos diversos programas das instituições de ensino superior no que se refere à Educação a Distância? Estamos contribuindo para o fortalecimento dos alunos, numa perspectiva cidadã? Estamos contribuindo para que os alunos não sejam meros receptores de informações, mas, antes, produtores de cultura e de conhecimento?

Edméa Santos: Infelizmente, a grande maioria dos Programas de EAD ainda trabalha com o paradigma produtivo da sociedade industrial, que instituiu o modelo de currículo inspirado pelas idéias de Bobbitt e Taylor, o currículo tradicional, que separa o processo de seus produtos e produtores. O currículo tradicional se preocupa, sobretudo, com a transmissão de conteúdos, em que uns produzem para outros consumirem e executarem seus processos. Mesmo com a emergência da cibercultura, das tecnologias digitais, da pedagogia

construtivista, das teorias críticas (que denunciam processos de colonização) e pós-críticas do currículo (que denunciam processos de colonização e anunciam a participação das diferenças de gênero, étnicas, sexuais e culturais na construção do currículo), a grande maioria dos desenhos curriculares ainda se baseia na lógica da reprodutividade técnica, própria da mídia de massa e do currículo tradicional. Muitos programas de EAD apresentam em seus documentos oficiais (currículo oficial) pressupostos de uma pedagogia crítica, fundamentada por teorias interacionistas, histórico-culturais e na prática demonstram via “atos de currículo” (currículo ação) que não abandonaram a pedagogia da fábrica e da educação bancária. De um lado, uns produzem conteúdos e materiais didáticos (equipe de produção), que são distribuídos em massa para “outros” consumirem na lógica de uma pretensa “auto-aprendizagem” (alunos). O discurso da auto-aprendizagem camufla o pouco ou quase nenhum investimento em aprendizagem-colaborativa. Neste modelo, cursistas não interagem com outros cursistas e muito menos com seus professores/mediadores. A docência mediadora é substituída pela tutoria reativa, ou seja, em vez de arquitetar e mediar percursos de aprendizagem, os tutores apenas tiram dúvidas referentes aos conteúdos apresentados nos materiais didáticos, quando são solicitados. Quase não há investimento em encontros dialógicos que instituem currículos pós-críticos em EAD, mesmo quando estes se encontram face a face, nos pólos presenciais, ou *online* pela internet e suas interfaces ou videoconferências. O material didático e o próprio cursista são o centro do processo e não a relação dialógica entre os sujeitos envolvidos e entre estes e o próprio conhecimento. No currículo tradicional, informação e conhecimento são uma coisa só. Por este motivo é que os conteúdos e materiais didáticos são os grandes protagonistas. A sua distribuição em massa não garante a aprendizagem. Sabemos bem que o conhecimento não pode ser transmitido, deve ser construído no processo. Os materiais didáticos e as diversas tecnologias devem ser “pré-textos” para que novos textos sejam construídos. Mesmo assim, estes “pré-textos” devem ser obras abertas à cultura das diferenças. Para tanto, é preciso criar ambiências em que o coletivo possa problematizar as questões da ciência ressignificando sua vida prática e a própria ciência na cidade ou no ciberespaço, podendo, assim, exercer a verdadeira cidadania. As tecnologias digitais com suas interfaces de conteúdo e de comunicação, em consonância

com uma visão de currículo fundamentado na diferença, poderão instituir novas pedagogias em EAD. Para tanto, não devemos subutilizar as TICs nem eliminar os docentes.

Revista Paidéi@: Em seu livro *Sala de aula interativa* o senhor explora as mudanças que a interatividade pode proporcionar, comparando o trabalho do professor com o do designer de interface, porque ambos têm de proporcionar experiências engajantes. O que faz com que uma experiência interativa se torne engajante e proporcione melhor aprendizado?

Marco Silva: De início é preciso deixar claro que interatividade não é um conceito de informática, mas de comunicação. Ou seja, podemos ter aulas interativas na sala de aula infopobre. Interatividade é a articulação da emissão e da recepção que, de maneira recursiva, constrói a mensagem e a comunicação. A comunicação não é trabalho somente da emissão, mas dos dois pólos da comunicação que codificam e decodificam. Por isso, não acredito que seja possível construir aulas interativas nos sistemas de massa baseados na transmissão de pacotes de informação dirigidos ao receptor desprovido de recursos de interlocução, de diálogo. A velha pedagogia da transmissão pode estar tanto na sala de aula presencial infopobre e inforrica quanto na modalidade *online*, quando professor e alunos subutilizam as interfaces fórum, *chat* e *blog* disponíveis nos ambientes virtuais de aprendizagem. Na modalidade a distância, baseada em impressos e em tv, a inexistência da interatividade é certa, uma vez que na mídia de massa prevalece a lógica da distribuição centrada no pólo emissor. Aqui o receptor não é necessariamente passivo, se sua mente é crítica e inquieta. Todavia, ele não pode interferir fisicamente na mensagem, não pode co-criar a comunicação. Tente interagir com o apresentador do *Jornal Nacional* e veja que é impossível. Tente interagir com o professor baseado na pedagogia da transmissão. Impossível. Se você é discente em um curso a distância baseado em impresso ou tv, tente interagir com seus colegas para um trabalho em grupo. Impossível também. No livro *Sala de aula interativa* mostro que o professor interativo e o *designer* de *software* ou *webdesigner* têm algo em comum. Eles não apresentam um conteúdo para se assistir, mas arquitetam percursos que supõem autoria criativa e colaborativa dos sujeitos. Eles não oferecem transmissões, mas proposições com entradas múltiplas e labirínticas que permitem a imersão e intervenção do “participador”, que

nelas inscreve sua emoção, sua intuição, seus anseios, seu gosto, sua imaginação, sua inteligência. Eles disponibilizam campos de possibilidades que se abrem quando elementos são acionados pelos sujeitos, internautas ou alunos. Eles garantem a possibilidade de significações livres e plurais e, sem perder de vista a coerência com a opção crítica embutida na proposição, colocam-se abertos a ampliações, a modificações. Na sala de aula interativa, a participação do aluno se inscreve nos estados potenciais do conhecimento arquitetados pelo professor de modo que evoluam em torno do núcleo planejado com coerência e continuidade. Nela, o aluno não está mais reduzido a olhar, ouvir, copiar e prestar contas. Ele cria, modifica, constrói, aumenta e, assim, torna-se co-autor e forma-se cidadão capaz de interferir na cidade e na história.

Revista Paidéi@: Estudos e pesquisas discutem as relações de reciprocidade na educação, o professor troca experiência com aluno, e não é mais um mero transmissor de informação. Discutem-se também formas de ensino que façam o aluno “pensar”. Quais são essas técnicas? Como professores podem tornar uma sala de aula interativa?

Marco Silva: A partir do livro citado, procuro trabalhar com alguns indicadores de interatividade em sala de aula presencial e *online*. O professor disponibiliza múltiplas experimentações, múltiplas expressões; disponibiliza uma montagem de conexões em rede que permite múltiplas ocorrências; formula problemas; provoca situações de aprendizagem; como o webdesigner, também arquiteta de percursos. Assim, ele mobiliza a experiência do conhecimento sempre promovendo interlocução dialógica e colaboração entre os aprendizes. Especificamente na sala de aula *online*, tudo isso é possível nas interfaces *chat*, *blog*, fórum, *wiki*, videoconferência, audioconferência, portfólio etc. A dinâmica destas interfaces potencializa a interatividade. Entretanto, para não subutilizá-las o professor precisará turbinar sua sala de aula no ambiente virtual da IES em que leciona. Precisarás garantir, na proposição dos seus conteúdos de aprendizagem, intertextualidade, ou seja, conexões com outros sites ou documentos; intratextualidade, ou seja, conexões no mesmo documento; multivocalidade, ou seja, multiplicidade de pontos de vista; usabilidade, ou seja, percursos de fácil navegabilidade intuitiva; hipermídia, ou seja, convergência de vários suportes midiáticos abertos a novos

links e agregações como linguagem. Nesse ambiente ele pode disponibilizar games, mapas conceituais, mp3, gráficos, textos, vídeos, imagens, simulações, objetos de aprendizagem, conexão com celular etc. Para dar conta de tudo isso, o professor precisa ser incluído digital e ciberculturalmente. Precisa ter formação continuada específica para a docência na modalidade *online*. Ao mesmo tempo, precisa ter parceria e sintonia garantidas com o corpo técnico-administrativo responsável pela infra-estrutura tecnológica da IES. Acima de tudo, deve haver a posição firme da direção da IES garantindo todo este investimento e mobilização. Diferentemente da educação presencial, em que um professor no ambiente *privé* de quatro paredes pode promover ousadias interativas, na educação *online* ele dependerá de toda uma estrutura e logística que independe dele, e seu trabalho estará visível para todos que tiverem senha e login do seu curso.

Revista Paidéi@: Na perspectiva da interatividade, o professor pode deixar de ser um transmissor de saberes para converter-se em formulador de problemas, provocador de interrogações que, em lugar de prender-se à transmissão, valoriza e possibilita o diálogo e a colaboração. Nesse sentido, essa busca caminha em direção a Paulo Freire?

Marco Silva: Sim. Paulo Freire é referência essencial no livro *Sala de aula interativa*, mesmo não tendo tratado do conceito de interatividade. Vou retomar aqui algumas falas de Paulo Freire muito enfáticas na crítica à pedagogia da transmissão, enquanto modelo mais identificado como prática de ensino e menos habilitado a educar. Ele diz: “O professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isto forma uma consciência bancária, ou seja, sedentária, passiva. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. A consciência bancária pensa que quanto mais se dá mais se sabe.” Nestes termos, ele critica o ensino que não estimula a expressão criativa e transforma o estudante no receptor passivo, que perdeu a capacidade de ousar. Ele diz mais: “Quem apenas fala e jamais ouve; quem imobiliza o conhecimento e o transfere a estudantes, não importa se de escolas primárias ou universitárias; quem ouve o eco apenas de suas próprias palavras, numa espécie de narcisismo oral, não tem realmente nada a ver com libertação nem democracia.” Portanto, ensinar não é a simples transmissão do

conhecimento em torno do objeto ou do conteúdo. Transmissão que se faz muito mais através da pura descrição do conceito do objeto a ser mecanicamente memorizado pelos alunos. Hoje, depois de décadas de importância amplamente reconhecida, podemos verificar que o empenho de Freire gerou pouca modificação na prática pedagógica. Os professores, mesmo tendo lido este mestre, continuam guardiões e transmissores da cultura, transmissores de pacotes fechados de informações em sala de aula presencial e a distância. Educam para arquivar o que depositam nas mentes dos seus alunos. É curioso notar que, mesmo havendo uma percepção crescente de que os professores precisam investir em relações de reciprocidade para construir conhecimento, poucas modificações efetivas podem ser verificadas em sua prática docente. Isto ocorre porque não desenvolveram uma atitude comunicacional que favoreça as participações e a dialógica como condições *sine qua non* da aprendizagem. Observo que falta uma atitude comunicacional que não apenas atente idealmente para a participação e para a dialógica, mas que, também, as promova concretamente no cotidiano da sala de aula presencial e a distância. Essa atitude supõe técnicas e estratégias específicas, mas antes de tudo requer a percepção crítica de uma mudança paradigmática em curso na cibercultura.

Revista Paidéi@: Em *Avaliação de aprendizagem em educação online*, obra organizada por vocês e publicada pela Editora Loyola em 2006, são apresentados relatos de experiências, no quais encontramos excelentes exemplos das diferentes buscas por um processo avaliativo por meio de uma transposição de um modelo quantitativo para um modelo qualitativo de avaliação. O que pode nos levar a uma boa educação *online*, de um processo somativo a um processo formativo e emancipatório de avaliação?

Edméa Santos: Antes de qualquer coisa, os modelos de avaliação quantitativos não são avaliação. São exames. Os exames são instrumentos aplicados em momentos pontuais, muitas vezes desvinculados dos processos de ensino e aprendizagem. Os exames apenas fazem diagnósticos da apreensão ou memorização de conteúdos conceituais ou factuais. Após este diagnóstico, os cursistas são classificados para continuar ou avançar em seus estudos. Não é de costume utilizar os dados dos exames para ressignificar o planejamento de novas situações de aprendizagem que, ainda no processo, ensejem novas e melhores aprendizagens. Para que a

avaliação seja de fato formativa e tenha caráter emancipatório, esta não pode ser alijada do processo de ensino e aprendizagem como um todo. Em educação *online*, é possível desenvolver processos de auto-avaliação, co-avaliação e heteroavaliação, a partir do acompanhamento da construção do conhecimento expressada pelos registros dessa produção nas interfaces síncronas e assíncronas. No livro *Avaliação da aprendizagem em educação online*, resenhado no primeiro número dessa revista *online*, encontramos diversas experiências de pesquisadores e professores brasileiros e internacionais sobre o tema. Vale a pena conferir!

*

Marco Silva (marcoparangole@uol.com.br ; www.saladeaulainterativa.pro.br) é sociólogo, doutor em educação, professor adjunto do Departamento de Educação a Distância da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (UNESA).

Edméa Santos (mea2@uol.com.br ; <http://www.docenciaonline.pro.br/moodle>) é pedagoga, doutora em educação e professora adjunto do Departamento de Educação a Distância da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).